

## **Remontando a história: de uma genealogia das ausências à uma etnografia da lembrança<sup>1</sup>.**

José Duarte Barbosa Júnior (IFRN)

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão a partir da pesquisa etnográfica iniciada em 2019 que, iniciando por um exercício genealógico, buscou realizar inferências históricas e antropológicas. Partindo de uma história oral das ausências ou da escassez das memórias, busquei reconstituir aquilo que, na memória dos vivos, havia sido desconhecido ou esquecido. Utilizei como fonte documentos religiosos e civis, e jornais antigos disponíveis nas plataformas digitais. Utilizei também a bibliografia genealógica e livros de memorialistas. A historiografia, portanto, ocupou lugar significativo na compreensão dos processos subjacentes às trajetórias das pessoas que compõem essa pesquisa. Partindo, portanto, da minha posição numa estrutura de parentesco, avancei até seis gerações, aproximadamente aos fins da primeira metade do século XIX. Duas ramificações remetem ao estado da Paraíba: um dos ramos maternos vai ao litoral paraibano, mais especificamente à ribeira e à várzea do Rio Paraíba (Cabedelo, Forte Velho, Santa Rita); e, um dos ramos paternos vai às regiões do brejo e da mata paraibana (Caiçara, Guarabira, Riachão, Serra da Raiz). As incursões no tempo e no espaço revelaram camadas de história e ascendências invisíveis. Nessas camadas conjuga-se a dimensão macro de uma porção do litoral paraibano marcado pela economia dos engenhos de açúcar, suas instituições e a trajetória de pessoas e famílias em suas trajetórias de migração, aliança e pouso. O movimento ascendente na pesquisa sobre os antepassados mostra que a genealogia conjuga sempre um volume muito grande de pessoas e grupos pelos quais cada um é sempre e inevitavelmente atravessado. Junto a esses dados, mostram-se relevantes, para o estudo antropológico, as amnésias genealógicas que indisponibilizam memórias sobre parentes, tempos e lugares. Partindo, portanto, da ideiação que os documentos desta pesquisa permitem, diante das ausências e dos esquecimentos, busco uma escrita afetiva sobre as vidas de parentes incógnitos ou pouco conhecidos. Uma autossociobiografia irá, portanto, em direção à uma antropologia da lembrança e do lembrar.

**Palavras-chave:** Genealogia; Autossociobiografia; Etnografia.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

## INTRODUÇÃO AUTOSSOCIOBIOGRÁFICA

Na quarta-feira, 30 de abril de 1952, Geraldo voltou mais cedo do trabalho. Às 10 horas da manhã, faleceu aos 34 anos de idade, Estefânia Pereira de Araújo, sua primeira esposa. Deixou às pressas e com grande angústia a Escola Técnica de Comércio na avenida Junqueira Aires, no bairro da Ribeira, tomou o transporte em direção às franjas pobres da cidade nos limites quase rurais do bairro do Alecrim (hoje Lagoa Seca). Em sua cabeça um turbilhão de pensamentos e tristeza: sofria o jovem viúvo e a órfã prole em pesado fardo a ser carregado nos próximos dias e por toda a vida.

O velório no dia seguinte trouxe rostos enlutados e crianças cabisbaixas; ali só os filhos mais velhos, os outros eram pequenos demais para tamanha tristeza. O caixão muito simples, apoiado em tamboretas, jazia um corpo de face serena, adornado com poucas e singelas flores. “Geraldo, deixe-me levar Sebastiana e Edilson para o Recife”, dizia uma amiga professora de nome Inês ou talvez Dalvanira, ao jovem enlutado que não renunciou a nenhum dos filhos, mesmo tomado pela tristeza e pela incerteza sobre o cuidado deles. A gratidão ao professor Ulysses de Góis, por anos antes oportunizar seu trabalho, se renovava no custeio que a Escola Técnica assumiu para o sepultamento de sua querida “Ester” no cemitério do bairro do Alecrim. Os pêsames dos amigos e dos parentes não tornavam mais leve o vazio que deixava 15 anos de casamento.

Na casa número 168 da rua Padre Antônio no Alecrim, 10 crianças ficaram órfãs: José (c. 14), Edna (c. 13), Elsa (c. 12), Geraldo Filho (c. 10), Humberto (c. 8), Pedro (c. 6), Edilson (c. 5), Sebastiana (c. 3), Maria Aparecida (c. 1) e Edinaldo (c. 1). Os dois últimos viriam a óbito no ano seguinte, em 1953, já em um outro pouso, a casa de número 89 da rua Dr. Miranda no bairro das Rocas, do tio “Juvino”, Jovelino de Araújo. Mais tarde e ao longo dos anos passariam a outros endereços: Rua São Jorge, Rua São Sebastião, Rua Monte Carlos, Rua Jordanês, Rua do Areal. A vida não espera, os filhos precisam comer, a casa precisa de ordem. Os amigos ajudam, os filhos mais velhos crescem e passam a ajudar na criação dos mais novos. O peso da solidão de Geraldo veio a mudar pouco depois com sua segunda união: Eulira de Oliveira Souza trazia uma nova esperança para a grande família.

Sebastiana, minha mãe, recebeu esse nome em função de uma promessa e graça alcançada ao santo homônimo, feita por sua mãe em benefício de uma criança que nascera frágil. Quando da data fatídica da morte de Estefânia, ficara com 3 anos de idade. O tempo tão curto de colo e pele materna não foram suficientes para a fixação de uma consciência da

mãe suficientemente boa, sua voz, seu cheiro, sua presença. A transmissão interrompida do *ethos* e das tradições seria retomada, principalmente por fragmentos: os da própria memória de Geraldo e os cuidados da irmã mais velha, mas sob a condição de: “não me chame de mãe, sou sua irmã”. Pouco mais tarde, a referência materna ancorou-se em Eulira, a quem sempre hesitou chamar “madrasta”, palavra de conotação popularmente negativa; chamava “madrinha”, pois aquela mulher do Oeste potiguar conjugava afeto e cuidado extraordinários, inconfundíveis.

Uma criança fortalecida por tal afeto torna-se resiliente. A alegria renovada de Geraldo em continuar o cultivo do amor conjugal, o cuidado dos filhos e da casa, o exercício do trabalho, a sociabilidade lúdica com amigos e parentes, imprimia na pequena “Bastinha” força e caráter. Ela começou a ir a escola, no Grupo Escolar Augusto Severo: caminhava aproximadamente dois quilômetros do bairro das Rocas para o bairro da Cidade Alta. A imagem da escola reflete objetos da segunda revolução industrial em sua estética: há bancos de madeira, bules e canecas de ágata, gramofone, professor de francês. Mandiarú é uma índia, provavelmente do Amazonas, que se afeiçãoou a “Bastinha”. Conhecedora de uma liberdade perturbadora para uma cidade tão provinciana e conservadora como a Natal da época, inspirava estranhamento aos outros estudantes. Dona Vanda era diretora da Escola e chamou a comunidade escolar para adequar Mandiarú que via em Bastinha talvez alguém parecida com ela. Tinha vontade de voltar para sua terra, razão por que fugia tanto da escola.

Bastinha ia a passeio a um grande engenho na cidade de Japicanga, de propriedade de Dona Almerinda, com a sua prima paterna Lúcia, filha de Sila, onde comiam cana-de-açúcar e viam o processo de produção. Havia um pomar com pés de laranja e a filha da proprietária estudava na escola doméstica. Pernoitavam no engenho, dormindo numa rede branca e voltavam na manhã cedo do dia seguinte. “Papai”, meu avô Geraldo, juntava-se a viagens religiosas organizadas pelos irmãos Salesianos para outras cidades com frequência. Quando do aniversário da filha mais nova do segundo casamento, Maria de Fátima houve banda de música dos professores do grupo escolar Augusto Severo com seus instrumentos musicais, amigos e vizinhos. O parque São Luiz onde José, filho mais velho trabalhou, ficava na rua São Jorge no bairro das Rocas com os tradicionais carrossel e roda gigante que ficavam em frente à casa da família. Calçava os chinelos invertidos e era corrigida por Geraldo.

Os nomes dos 10 filhos de Estefânia e Geraldo refletem alguns costumes: o primeiro filho nascido em 1938 (nove meses após o casamento dos pais), recebeu o nome “José”, além da evidente orientação católica, trata-se do nome do pai de Estefânia, José Pereira Alves. Edna, Elza, Edilson e Edinaldo, possuem nomes iniciados com a vogal “E”, letra que inicia o nome da mãe. Geraldo repete o nome do pai. Pedro e Maria Aparecida também possuem nomes de orientação cristã-católica, e Pedro pode, ainda, ser uma referência ao primo de Estefânia, “Pedro Pereira Alves da Cruz”, mais velho, nascido em Cabedelo, em 1909. Humberto, porém, é um pouco mais difícil de precisar: nome de origem alemã, mas popular no italiano, uma memória ou uma moda. Estefânia também não é fácil de precisar, ainda que seja um nome de origem grego que obtém finalmente uma forma latina, como no nome da santa italiana *Estephana Quinzanis*. A conotação devocional do nome dado à oitava filha, Sebastiana, nos leva a Cabedelo, estado da Paraíba e, talvez à localidade de Camalaú onde nasceram e viveram muitos Pereiras Alves.

*Estephania Pereira Alves* nasceu em 28/02/1915 em Cabedelo e foi batizada em 14/04/1915 na capela do Sagrado Coração pelo padre Pedro Anísio e seus padrinhos foram Francisco de Azevedo Costa e Maria das Neves Costa. Curiosamente, 30 anos mais tarde, em virtude do Decreto Federal número 13.556 de 30/09/1943, foi registrar-se, já em Natal, e declarou-se ou foi erroneamente registrada como tendo nascido em Natal. Estefânia é filha de José Pereira Alves e Maria Francisca ou Maria Camilla Bezerra. Não se sabe ainda a razão pela qual ela e sua irmã mais velha, Regina, vieram a casar no Rio Grande do Norte e com norterio-grandenses, ou mesmo em que data precisamente vieram ao estado vizinho. No começo do século XX, a população de Cabedelo era de 5.384 habitantes, dos quais apenas 1.629 sabiam ler e escrever, segundo o *Recenseamento do Brasil* de 1 de setembro de 1920 (p. 672).

“*Sou Cabedelo, porém sou pobre / E vivo assim, de opinião / Tenho o carinho de gente nobre / Não quero a sorte lá do Sertão*” (Américo Falcão). Como afirma o verso do poeta, Cabedelo era pobre: situada na margem direita do Rio Paraíba, no começo do século XX era tomada por coqueirais, a população rural incipiente era dedicada principalmente à pesca. Mesmo com a instalação da estação da Great Western e do porto, o crescimento da localidade foi lento até quase o final da primeira metade daquele século. As festas eram momentos de trocas sociais e exercícios das tradições. Aos 20 de janeiro a festa de São Sebastião começava às 5 horas da manhã com fogos e à noite com as novenas. A festa era realizada na localidade Camalaú onde figura a capela dedicada ao santo de Narbona e

animada por barracas de comidas tradicionais como o caranguejo, peixe frito, doces, frutas e cachaça, e o auge do festejo religioso era coroado com procissão e queima de fogos. A devoção a São Sebastião invoca a proteção contra as doenças e a fome e inspira esperança e coragem, razão da popularidade em todo Brasil seja na sagração das igrejas, seja no exercício devoto das promessas ou na nomeação dos filhos.

Bastinha casou-se com José Duarte Barbosa em março de 1968. No bairro das Rocas teve 3 dos seus 4 filhos, e no começo dos anos 1980, nasci no bairro do Pirangi. Ela ocupou-se do cuidado dos filhos durante parte significativa da sua vida e visitava constantemente os irmãos, até mesmo aqueles radicados no estado do Ceará nos anos 1980, mesmo que com menor frequência. Entre os anos 1980 e 1990 visitava semanalmente o pai Geraldo no bairro do Nova Natal, zona norte da cidade, ele em seu terceiro casamento desde 1974. Essas visitas ao final de semana eram um encontro familiar denso: estavam quase sempre os filhos do primeiro casamento, Elza, Geraldinho e Sebastiana; Pedro e Edilson com menor frequência e, mais raramente, José e Humberto por morarem no Ceará, Edna por morar em Taipu, a 53km de Natal. Uniam-se nesses encontros, numa espécie de amálgama parental, os filhos do segundo casamento, Willame o filho do terceiro casamento (Ivanilda e Ivanildo, um casal de gêmeos era falecido depois de 1976) e Fátima a enteada desta última união. Completava o quadro familiar e a teia do parentesco: genros, noras e uma ampla geração de netos.

Geraldo Santiago de Araújo é filho de Clemente Alves de Araújo e Maria Francisca da Conceição. Nasceu em Natal em 2 de julho de 1918 e foi batizado em 18 de agosto do mesmo ano. Quando do seu nascimento, Clemente tinha aproximadamente 58 anos. Clemente, às vezes “Clementino”, faleceu em 27 de fevereiro de 1946, aproximadamente 3 anos antes do nascimento de Bastinha e quando Geraldo tinha apenas 28 anos e era casado há aproximadamente 9 anos. Geraldo faleceu em 22 de outubro de 2002 quando eu tinha 18 anos. Mesmo tendo vivido a amálgama familiar, mesmo tendo ouvido a história oral de forma fragmentárias durante anos, foi apenas 10 anos após a morte de “vovô” que emergiu o interesse em historiar nossa trajetória. Os extremos geracionais entre Clemente e Geraldo, entre Sebastiana e Clemente, entre Geraldo e eu, levaram a transmissão da memória para um nível muito difícil de acesso. A queixa recorrente da minha mãe, de não ter lembranças de sua própria mãe, demandou o desafio à memória, a esperança de lembrar.

## REMONTANDO A HISTÓRIA, UMA GENEALOGIA DAS AUSÊNCIAS

O elemento disparador da presente pesquisa foi a ausência da minha avó materna, Estefânia. Cresci ouvindo minha mãe dizer que não lembrava de sua mãe, ou mesmo ter dito a palavra “mãe”. Houve desde cedo a sensação desta ausência, a partir da qual eu quis, se não suplantar, pelo menos contrabalancear com o peso relativo das memórias que poderiam ser recuperadas<sup>2</sup>. Ao tomar contato com as ciências sociais (2006-2010) durante a minha graduação e, mais especificamente, com a antropologia (2006-2019) com ênfase na pós-graduação, com as dimensões da estrutura social e do parentesco, intuí pensar aquele problema que, não era ainda de pesquisa, e só viria se desenvolver aproximadamente uma década depois. Mais tarde, as inquietações, os exercícios e as possibilidades imaginativas da antropologia visual, que possibilitaram a elaboração de dissertação de mestrado (2013) e tese de doutorado (2019), abriram um campo de possibilidades para pensar outros objetos como é o caso da presente pesquisa.

A trajetória dessa pesquisa possui alguns marcadores temporais: em 27 de junho de 2011 comecei a montagem da árvore da família na plataforma My Heritage recorrendo à história oral, à fotografia e a escassos documentos, certidões de nascimento e casamento que havia em casa. Em 25 de fevereiro de 2019 às 00:36, buscando chaves de pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, encontrei o obituário da minha avó no jornal A Ordem de 1952. Em meados de 2019 passei a utilizar a plataforma Family Search para a busca de documentos de batismo, registro de nascimento, casamento e óbitos, a partir da qual construí um acervo significativo para a pesquisa e para a ampliação da árvore genealógica. Em setembro de 2019 complementei a pesquisa com um exame de DNA, a partir do qual avancei principalmente pelo ramo paterno. Desde 2020 incluí, entre as fontes de pesquisa, a bibliografia genealógica, historiográfica e memorialista. Em julho de 2022 realizei exame de DNA da minha mãe na plataforma Genera e, por volta de março de 2023, na plataforma My Heritage, a partir da qual obtive algumas hipóteses de ascendência, todas entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba.

Busco aqui uma reflexão a partir do achado de 2019 no jornal A Ordem, que considero ser o início formal da pesquisa, no sentido de estabelecer um objetivo (*retraçar minimamente trajetórias de entes passados suprimindo algumas lacunas/amnésias na*

---

<sup>2</sup> Para uma amostra do trabalho de restituição da memória “perdida” ou em vias “perder-se”, ser o ensaio “Uma narrativa fotobiográfica diante do Alzheimer” de Larissa Helena Pereira de Oliveira: <<https://express.adobe.com/page/W0kAhMG7zrHmf/>>, acesso em 26 de junho de 2024.

contação da história da família e quais os contextos dessas trajetórias) e os meios de alcançá-lo (*pesquisa antropológica, etnografia dos documentos em função das memórias “ausentes”, montagem autossociobiográfica*). Tratava-se inicialmente de uma pesquisa genealógica que buscava suprir lacunas na memória da história da família. Com o desenvolvimento da pesquisa percebi que a trajetória de um indivíduo é sempre o cruzamento da trajetória de muitos outros indivíduos, principalmente quando se olha em retrospectivo (LEJEUNE, 1996; BOURDIEU, 2008; ERNAUX, 2021). Ao coletar documentos e informações que reconstruíssem o contexto da trajetória, inicialmente da minha avó, fui me dando conta que o exercício empregado na pesquisa era um exercício etnográfico onde estavam conjugadas questões como migração, formação de cidades, alianças entre famílias e relações étnico-raciais.

Tempo e espaço tornaram-se dimensões importantes, uma vez que a pesquisa se debruçou com frequência sobre o passado e porque, em suas trajetórias, as pessoas estiveram envolvidas num movimento de se deslocar e se estabelecer em diferentes lugares. Ainda que a dimensão do espaço tenha importância fundamental no aspecto anteriormente ressaltado, é a qualidade do tempo que tem especial atenção aqui. Nenhum filho de Geraldo e Estefânia têm memória de migração, salvo a naturalidade da mãe paraibana. Suas memórias são de mudanças dentro de uma mesma cidade ou migrações entre cidades já no final do século XX. Mesmo uma sobrinha de Estefânia, filha de sua irmã mais velha, Regina, não se recordara a naturalidade de mãe e da tia. Não existe essa memória para o ramo paterno, o ramo de Geraldo e, até onde os documentos puderam nortear a presente pesquisa, parece assentado em Natal desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX. Essa “amnésia” é bastante complexa e até aqui não foi possível decupá-la satisfatoriamente e, sua estrutura, mas nos dá, senão uma pista, algumas possibilidades de fabulação<sup>3</sup> transcrita numa forma autossociobiográfica<sup>4</sup>.

O tempo nesse caso, parece ter sido quase sempre o tempo presente, com as demandas do presente, com episódios de contação de histórias, mas com pouco foco na ancestralidade. A complexidade do “não lembrar” dos entes mais velhos aponta para uma não transmissão

---

<sup>3</sup> Penso aqui a partir da proposição de Deleuze (2005) na “potência do falso” onde a função fabuladora não se opõe ao real, mas antes simula uma realidade que não poderia ser dita de outra forma.

<sup>4</sup> Considero *autossociobiográfico* o texto experimental que antecede a presente sessão, pois, não está centrado no autor, mas num conjunto de pessoas, e cujas histórias podem guardar semelhanças com as de outras que tiveram trajetórias parecidas. Busco como referência as reflexões de José Ribeiro da Silva sobre autobiografia (RIBEIRO e RODRIGUES, 2021), a escrita autossociobiográfica de Annie Ernaux em sua obra “O lugar” (ERNAUX, 2021) e a instigante proposição de Suley Kofes e Daniela Manica na ampliação e tensão das noções de *bio* e *grafia* (KOFES e MANICA, 2015).

de determinadas lembranças (intencional ou não intencional) e fixação no presente. Não significa não ter havido transmissão, mas a não transmissão de lembranças específicas, ou ainda esquecimento seletivo de memórias no passar do tempo<sup>5</sup>, como por exemplo, o nome de avós e bisavós, suas naturalidades e histórias de vida. Supõe-se que uma série de documentos, fotografias e objetos pessoais tenham sido perdidos ao longo do tempo, tornando-se “objetos órfãos<sup>6</sup>” e deslocados de uma vida para outra vida errante, de mão em mão, ou para nenhuma vida, para o esvanecimento, o lixo a deterioração (BRUNO, 2023).

A família que se formou a partir do final dos anos 1930 (tomo como referência o casamento de Estefânia e Geraldo) e início da década de 1950 (a referência é o falecimento de Estefânia) na cidade do Natal parece ter estado comprimida entre o tempo do relógio e o tempo real. Ou seja, pai e mãe parecem ter tido trabalho demais e poucos recursos para a criação de uma grande prole, na periferia quase rural da cidade. Qual o tempo real dessa família, portanto? Em qual medida e até que ponto a consciência de si, de origem e do devir, do projeto de vida e do campo de possibilidades se deu na formação desse núcleo familiar? O que podemos inferir, a título de interesse e relevância, depois de aproximadamente noventa anos de formação dessa família?

Como mencionei anteriormente, estabeleço o início efetivo da pesquisa com o achado do obituário de Estefânia no jornal A Ordem de 1952 na coluna “Sociedade”:

Vítima de um colapso cardíaco, faleceu, no dia 30 do mês passado, a sra. Ester Araújo, esposa do sr. Geraldo Santiago Araújo, funcionário da Escola Técnica de Comércio de Natal, residente à Rua Padre Antônio, 168, no Alecrim. A saudosa extinta, que contava, apenas, 34 anos de idade, deixa na orfandade dez filhos menores, a saber: Jose, Edna, Elsa, Sebastiana, Maria, Geraldo, Pedro, Humberto, Edilson e Edinaldo. O seu sepultamento realizou-se no dia 1, no Cemitério do Alecrim, sob as expensas da Escola de Comércio, comparecendo parentes e amigos da família enlutada (A ORDEM, 1952, p. 2-4).

---

<sup>5</sup> Ainda que a contagem do tempo cronológico (do calendário/da data, do relógio e do documento) tenha uma saliência nesse trabalho como pistas das ausências e esquecimentos, tento pensar a partir também do que essa referência de tempo não diz, o que talvez ele “falsifica”. Tento pensar, desde as provocações bergsonianas, desde a complexidade ou mesmo o paradoxo que se propõe na “duração”, o sentir indivisível do tempo para os entes. Em uma proposta desafiadora para a antropologia, numa etnografia da duração, busco na memória o “conhecimento de si e do mundo” em variados exercícios de recordar e narrar (ECKERT e ROCHA, 2010, 2011, 2013).

<sup>6</sup> Tomo de empréstimo aqui a ideia das “fotografias órfãs”, no contexto do trabalho de Fabiana Bruno no projeto ACHO-Imagens, trabalho de arquivo que ressignifica a memória de fotografias descartadas, achadas ou doadas, para um outro regime da imagem que lhes confere um novo capítulo em suas histórias. Inspirado nesse trabalho, mas em outro caminho, talvez paralelo, busco talvez “histórias órfãs”, quando nem sempre há a materialidade, e a fabulação para considerar capítulos de histórias possíveis.



A partir desse fragmento, alguns elementos da história da família trouxeram à tona o que era dito na história oral, como também foi possível observar informações que não era possível apenas por aquela fonte. Os elementos que emergiram a partir da chave de pesquisa foi o nome completo do meu avô, o seu emprego na Escola Técnica de Comércio, o nome dos filhos, entre eles Sebastiana, minha mãe e o sepultamento de Estefânia no cemitério do bairro do Alecrim<sup>7</sup>. Dois elementos são curiosos por não coincidirem com a história: o nome de Estefânia que aparece “Ester” e o endereço, especificamente o bairro que aparece “Alecrim”. Num exercício de imaginação considero a possibilidade da redução do nome “Estefânia”, relativamente longo, para uma forma curta e afetiva, “Ester”. Então se Geraldo referia-se à esposa como Ester aos colegas de trabalho, esse foi o nome escrito no jornal. Vale ressaltar que o jornal A Ordem foi criado pelo professor Ulyssis Celestino de Góis em 1935, bem como a Escola de Comércio de Natal em 1919, mais tarde “Escola Técnica de Comércio” (LEITÃO, 2017). É relatado na história da família uma relação de amizade entre Ulyssis e Geraldo, que mais tarde recomenda trabalho aos filhos daquele na recém-criada Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em relação ao bairro, cujo endereço localiza-se não no Alecrim, mas sim em Lagoa Seca, parece que, mesmo tendo sido criado oficialmente pela Lei nº 251/1947, continuou sendo o Alecrim a referência espacial/territorial daquele lugar (NATAL, 2012). Tratava-se, em 1952 de uma região periférica, suburbana, de feições rurais, mas na qual passaram a chegar os bondes elétricos após 1926 e nas décadas seguintes foi palco de um processo de urbanização pela qual passava Natal em direção aos então limites da cidade (PINHEIRO, 2019). A região de Lagoa Seca já era habitada nos anos 1920, na segunda fase de expansão do Alecrim (SILVA, 1970), quando os bondes começaram a circular indo da Ribeira até aquela localidade:

O bairro do Alecrim, com todos os elementos sociais que caracterizam uma cidade, já se espalha e derrama sua população em quilômetros e quilômetros, num avanço dominador e tentacular. Liga-se, em leste e sul, com o Tirol, numa continuidade residencial, e sacode-se para o sul, enchendo os tabuleiros de casinhas e de sítios, margeando as rodovias e trilhos da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte (CASCUDO, 1980. p. 335).

---

<sup>7</sup> “Por ordem cronológica, o Alecrim é o quarto bairro da capital potiguar. Em ritmo muito lento, começou a ser povoado no final do século XIX, porém, é importante ressaltar que o seu nome não apareceu no recenseamento feito, em Natal, em 1897. Naturalmente, era, naquela época, um arrabalde de pouquíssimas casas” (SOUZA, 2008. p. 515).

Numa fotografia do velório de Estefânia vemos a cena de luto: caixão de madeira muito singelo apoiado sobre tamboretas, esposo, filhos, parentes e amigos. Vê-se os três filhos mais velhos: José que olha com grande tristeza para a mãe; Edna, com a mão no peito e senho franzido, olha para a câmera; Elza, ao lado de Edna, também olha para a câmera, um misto de tristeza e desentendimento do devir. Não sabemos onde se passa a cena, mas supomos que já seja no cemitério do Alecrim. Como afirma a nota no jornal, o sepultamento se deu sob as custas da Escola Técnica de Comércio onde Geraldo trabalhava, desempenhando funções também em outras instituições da liderança ou da influência do professor Ulyssis Celestino de Góis (1896-1990). Como se recorda minha mãe: “Papai ajudava a organizar a festa da Padroeira”; a padroeira de Natal, Nossa Senhora da Apresentação, celebrada em 21 de novembro com missa tradicionalmente às cinco horas da manhã. O professor Ulyssis foi vice-presidente do Centro Protetor Pedra Rosário por volta de 1940 (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 1999, p. 137), local onde se acredita ter achado a imagem de Nossa Senhora Rosário no século XVIII e se realiza a missa matutina.

A partir da história oral sabemos que a família habitou vários endereços: o primeiro, até onde oralidade e documentos conseguiram recuperar, havia a memória de uma rua em Lagoa Seca, mas foi a nota no jornal de 1952 que trouxe a lembrança do nome da rua e o número da casa. Não sabemos a data exata da mudança da família para o bairro das Rocas: Estefânia vem a falecer em 30 de abril de 1952, o sepultamento ocorre no dia 01 de maio e depois a única referência temporal é o óbito dos filhos Maria Aparecida e Edinaldo, em 1953, que nos dá a conhecer onde estava a família, então na rua Dr. Miranda, número 89, mesmo endereço onde residia Jovelino de Araújo (irmão de Geraldo), quando do seu falecimento em 19 de julho de 1969. A coincidência dos endereços nos leva a crer que a família foi acolhida pelo tio “Juvino” no começo dos anos 1950. Antes da família mudar-se para as Rocas, antes da fatídica perda da mãe, não temos como precisar se habitaram outro endereço antes da Rua Pe. Antônio em Lagoa Seca. Essa informação poderia constar nos registros de nascimento dos filhos, mas eles (José, Edna, Elza, Geraldo Filho, Pedro e Humberto) foram registrados todos de uma vez em 09 de dezembro de 1948 (os que haviam nascido até então) em virtude do Decreto Federal 21.155 de 14 de março de 1932 e o documento não detalhava endereço para além de “residentes nesta capital onde se casaram” (Estefânia e Geraldo). Os registros de casamento religioso do casal e os de batismos dos filhos são muito concisos e não trazem informação de endereço. O registro

de Sebastiana em 1949 também não traz informações dessa natureza. Não encontrei registro de nascimento de Ednaldo e Maria Aparecida, e em seus óbitos, após a morte da mãe, já são nas rocas na Rua Dr. Miranda, 89, como já mencionei.

O registro dos filhos de Geraldo e Eulira trarão indicações de endereço da nova família: Maria de Fátima, nascida em 1954 indica que a família teria voltado ao bairro de Lagoa Seca, rua São José, número 1430 (mas não temos confirmação na história oral); Genilson (1955), Gilmar (1958) e Genielson (1960) indicam que, de 1955 a 1960 a família estava assentada na Rua São Jorge, número 529, no bairro das Rocas; e, Givanilson (1962) e Erineide (1964), indicam que estavam de volta à Rua Dr. Miranda já em 1962, agora no número 90, em frente à casa do tio Jovelino, também no bairro das Rocas.

Tendo encontrado o registro de óbito de Estefânia depois da nota no jornal, que nos deu causa mortis, e naturalidade conhecida pela história oral, cheguei ao nome dos seus pais, antes desconhecidos: José Pereira Alves e Maria Alves. Daí começava uma viagem em direção a Cabedelo, cidade portuária do litoral paraibano, próximo a João Pessoa. Naquele momento os planos de ir a Cabedelo foram frustrados pelo começo da Pandemia da Covid-19 e em seguida pelo confinamento. A empreitada só seria quase cinco anos depois. Nesse intervalo de tempo, a pesquisa se fez praticamente dentro dos documentos e pelo exercício de estímulo e escuta das lembranças da minha mãe, tios e outros parentes. Curiosamente, excetuando a minha mãe em alguns aspectos, a maior parte das informações veio dos documentos.

Como já mencionado, pesquisei paralelamente aos registros civis e religiosos, e aos jornais da época, a iconografia (inclusive fortemente a fotografia e a cartografia) e a historiografia, inclusive os escritos de memorialistas. Essas referências permitiram considerar aspectos temporais e espaciais acerca da origem de Estefânia, muito difíceis de acessar pela memória dos entes vivos. Tratou-se de um movimento de reconstrução de contexto com recurso à imaginação, no sentido mesmo de fazer imagem e pô-la em movimento numa espécie de “concatenação sintagmática” (PINNEY, 1996).

Cabedelo é uma daquelas localidades cuja história se confunde com a história do Brasil: terra tupi dos primeiros habitantes; tocada pelos franceses já no limiar dos séculos XV e XVI, e pelos portugueses em 1506; palco e porta de entrada para conflitos sangrentos, passagem de expedições exploradoras, como se pode ler no Sumário das Armadas; sua fortificação, a Fortaleza de Santa Catarina erguida imponentemente nas décadas finais do século XVI; viu a chegada da visitação do Santo Ofício em 1595 e novas investidas dos

franceses no ano seguinte; alvo dos holandeses em 1631 e finalmente em 1634 via a capitania da Paraíba dominada, restaurada mais tarde em 1654; na Fortaleza dos Idos de 1737, em seus cuidados e reparos pela coroa e soldados habitantes, Cabedelo viu alguma atenção. Cabedelo enquanto povoado, aparece referido apenas em 1798 e seu crescimento populacional pode estar ligado às atividades da fortaleza, esta que participou em alguma medida da Guerra dos Mascates no século XVIII, da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador de 1824. Em 1859, durante a visitação de Dom Pedro II à fortaleza, o rei registrou uma povoação com 800 pessoas, escola para meninos, capela no interior da fortificação. O farol foi inaugurado em 1873 e o ramal ferroviário que liga a capital à povoação em 1888. O primeiro porto em Cabedelo, o trapiche ou Molhe do Inglês data de 1890 onde aportaram navios nacionais e ingleses (ALMEIDA, 1978; RODRIGUEZ, 1962; PIMENTEL, 2001; PARAÍBA, 2006).

Dois núcleos populacionais deram início ao povoamento de Cabedelo – um em torno da Fortaleza de Santa Catarina e até a praia da Ribeira; e outro nas proximidades da residência do capitão João de Matos Cardoso, por 40 anos comandante da Fortaleza e que deu nome à praia de Ponta de Mato. A partir desses dois pontos, surgiram as ruas atualmente denominadas João Machado, Duque de Caxias, do Cajueiro, Primo José Viana, Solon de Lucena (antiga Caminho da Costa), Nova, da Vitória e outras em demanda a Camalaú e Manguinhos e suas ramificações (PIMENTEL, 2015. p. 27).

Segundo Pimentel (2015), entre 1911 e 1920, aportaram no cais de Cabedelo, 3.045 embarcações. Entre 1916 e 1920 circulava bonde puxado a burro, bastante precário; seu primeiro cinema, ainda por volta dos anos 1920 e mais dois depois dos anos 1940 quando chegou a energia elétrica. Destino de veranistas para suas praias recreando com coco de roda ainda nos anos 1920. Em suas festas e tradições encontram-se contos, cantigas, coco, barca, boi de reis, pastoril, cambinda, culinária, jogos sob gameleiras, festividades como a Nau Catarineta, folguedo dramático iniciado em 1912, a festa de Santa Catarina em 25 de novembro, a festa de São Sebastião em 20 de janeiro, o ciclo natalino que reunia grande número dessas tradições, o carnaval, a semana santa e o ciclo junino (LIMA, 198x). O porto de Cabedelo foi construído entre 1931 e 1935, período que ofertou trabalho para grande quantidade de mão de obra chegada a vir do interior do estado da Paraíba, mas também de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Até 1941 manteve boa atividade de cargas e circulação de navios, até sofrer os efeitos da Segunda Guerra Mundial.

Não é necessário, por hora, descrever Cabedelo exaustivamente. Importa de recriar e imaginar o contexto no qual Estefânia e seus pais estavam inseridos. Após encontrar o

seu registro de óbito, pesquisando os livros de Cabedelo, encontrei o documento de batismo. Nessa altura da pesquisa é difícil precisar quando ocorreu o achado de cada documento, pois emergiu dos registros da localidade uma profusão de registros de parentes. No documento então lemos:

Aos quatro abril de mil novecentos e quinze na Capella de Cabedello, de minha licença o Padre Pedro Anísio baptizou solemnemente a párvula Estephânia, nascida em vinte e oito de Fevereiro do corrente anno, filha legitima de Jose Pereira Alves e Maria Pereira Alves, sendo padrinhos Francisco de Azevedo Costa e Maria das Neves Costa. Do que, para constar mandei lavrar este termo que assigno.

Conego P. Anísio Beserra Dantas – Vigário em comissão (R. nº 44, Livro B nº 2 – 1915-22).

Confirmamos aí os nomes de seus pais, conhecemos sua data de nascimento e batismo, e os seus padrinhos. A busca em seguida foi pela chave dos nomes dos pais, o que me deu como resultado o registro de nascimento de sua irmã, Alice Pereira Alves, em 1912 (até então eu não havia tomado conhecimento da data de nascimento de Regina, irmã mais velha):

Ao primeiro dia do mez de Março, compareceo em meu cartório, José Pereira Alves, digo, nesta villa de Cabedello do Termo e comarca da Parahyba, compareceo em meu cartório José Alves Pereira e perante as testim<sup>as</sup> abaixo nomeadas e assignadas declarou. Que, nasceu sua filha Alice no dia desesete de Fevereiro de 1912 a noite, filha legítima do mesmo declarante e de sua mulher D<sup>a</sup> Maria Camilla Bizerra, e que seus avois forão, os já falecidos M<sup>el</sup> Alves Pereira e Balbina do Monte Silva e Fran<sup>co</sup> Bizerra e Camilla Maria da Conceição nesta villa e todos naturais deste Estado. E para constar faço este termo que assignao o declarante digo pelo declarante o Senhor João Ferraz Daltivo e Godofredo Silva e Frederico como testemunha, eu João Victalino de Carvalho Rocha etc.

João Ferras Daltivo  
Godofredo Silva  
Frederico Lopes da F. Galvão

(R. nº 395, p. 179. Livro 5 do Registro Civil – 1909-15)

Por esse registro conhecemos nome de solteira da mãe de Estefânia e seus avós paternos, Manuel Alves Pereira (em outros registros “Manuel Pereira Alves da Cruz”) e Balbina do Monte Silva; e, maternos, Francisco Bizerra (às vezes “José Bezerra da Silva”) e Camilla Maria Bezerra (às vezes “Maria Camilla das Neves”, “da Conceição”). Esse registro ampliou fortemente a quantidade de documentos e o número de antepassados, colocando desafios também à interpretação do estabelecimento dessa família em Cabedelo no final do século XIX e as alianças entre famílias. Numa determinada altura da pesquisa os

documentos passam a complementar-se completando lacunas, evidenciando detalhes, fornecendo outras direções para a investigação, como é o caso do registro do óbito de Balbina:

Aos quatorze dias do mez de Fevereiro do anno de mil nove centos e onze nesta villa de Cabedello, compareceo em meu cartório Antônio Pereira Alves e declarou. Que, faleceo, sua may, Balbina do Monte Silva, as oito horas do dia, de Dearreia, viúva, natural deste Estado, filha legítima de Manoel do Monte e Silva e Maria de Tal, com sesenta e oito anos de idade. E para constar faço o presente eu João Victalino de Cavalcanti Rocha, escrivão, eu escrivi.

Antonio Alves Pereira  
Joaquim Soares da Costa  
Francisco Pedro de Figueiredo

(R. nº 32, Livro 1-C – 10/1910-09/1916)

“Conhecemos” por esse registro os bisavôs paternos de Estefânia: Manoel do Monte e Silva e “Maria de tal” e temos também aí, como já mencionado, outras direções. Iremos nos contentar por hora com o dado de que o nome “Manoel do Monte e Silva”, algumas vezes “Montes Silva”, “do Monte da Silva”, aplica-se a mais de um indivíduo, reproduzindo-se por gerações, mantendo parentesco ou não. Um Manoel do Monte e Silva, casado com Anna Alves de Oliveira, pais de uma prole de aproximadamente dez filhos, pode ser irmão ou pai de Balbina (pretendo, com mais subsídios para a pesquisa, tratar esse ramo em outro lugar). Fiquemos com a geração de José Pereira Alves, pai de Estefânia: até onde foi possível encontrar, Balbina e Manoel tiveram 10 filhos (“pardos”, quando há menção a fenótipo), os cinco primeiros nascidos na localidade Forte Velho (1863 a 1872), margem esquerda do rio Paraíba, e os outros quatro em Cabedelo (1873 a 1883), alguns na localidade Camalaú ou “Camalahú” onde encontra-se a capela dedicada a São Sebastião já mencionada: “a festa era feita em Camalaú, com girândolas, fogos lágrimas furta-cor. A festa conseguiu elevar-se em paralelo à Festa de Santa Catarina” (LIMA, 198x. p. 44). Não encontrei documentos que pudessem trazer à tona a data e o local de nascimento de José Pereira Alves. Até Estefânia, todos esses entes eram incógnitos e Cabedelo era um nome na memória distante, quase não era “lugar”; depois do início do percurso da pesquisa, não só conhecemos mais Cabedelo, como atravessamos o rio em direção a Forte Velho, reminiscência do passado colonial da Paraíba.

Não sabemos quais as circunstâncias que trouxeram Estefânia e Regina ao estado do Rio Grande do Norte, se vieram com a família ou não. Há essa última hipótese da migração familiar, já que no registro de Regina, consta que o pai, José Pereira Alves, era então

residente em Natal. As irmãs casaram-se com norte-rio-grandenses respectivamente em 1937 e 1938 e deixaram significativa prole que prosperaram pelas gerações seguintes. Testarei ainda a hipótese de que Estefânia e Geraldo moraram na mesma rua no bairro do Alecrim, na década de 1930. Sebastiana, casou-se com José Duarte Barbosa em 1968, duas trajetórias que se cruzam vindas de enraizamentos anteriores em diferentes regiões da Paraíba. A dele retorna à região de Serra da Raiz, Caiçara e Riachão, esses dois últimos são limítrofes ao Rio Grande do Norte, e cujos sobrenomes (“Barbosa” e “Duarte”) parece falar de uma aliança entre famílias. Pretendo discutir os detalhes desse ramo familiar paterno em outro lugar.

Em direção à conclusão desta sessão, cabe retomar o elemento disparador da pesquisa, qual seja, a ausência de Estefânia. É preciso ressaltar que, o peso da perda fatídica, o vazio incomensurável para marido, filhos, parentes e amigos, por outro lado acentua o peso, o papel, a presença de Geraldo. As memórias de Sebastiana sobre a sua mãe são em grande parte as memórias compartilhadas, contadas pelo pai: “sua mãe adorava cominho”, “ainda deve ter parentes em Cabedelo”. Tendo realizado uma espécie de “transferência” para sua “madrinha”, Eulira, nutriu uma espécie de reverência a ela e também ao pai e, parece, com isso, ressignificar as estruturas do parentesco no complexo familiar. Em outras palavras, a “madrinha”, sem assumir o nome “mãe” para seus enteados, ainda assim recebe a função afetiva e formadora. O pai não é apenas a figura severa que impõe a regra, mas também uma forma terna e norteadora da existência. Essa reverência não era/não é uma relação isolada no binômio pai/filha, mas uma relação complexa que envolve os entes familiares conhecidos que já partiram, os irmãos (portadores de referências mnemônicas e existenciais), os filhos que acendem uma espécie de esperança que a festa da vida e do encontro continuem (encontros que ocorriam com frequência na casa de “vovô”, em minhas memórias já dos anos 1980 a 2000), os lugares, casas, endereços, vizinhos, fatos e objetos que compuseram aquele pequeno universo.

Com toda responsabilidade e importância que Geraldo assumiu ao longo dos anos na vida dos filhos, a transmissão da memória dos antepassados não pareceu fundamental frente aos seus desafios. Não sabemos que alegrias e dores existiram no lar dos seus pais, mas não podemos trabalhar apenas com as hipóteses trágicas. Vejamos os registros de batismo e nascimento de Geraldo, e o registro de óbito do seu pai, Clemente:

Aos dezoito de Agosto de mil nove centos e dezoito na Sé baptisei solemnemente a Geraldo, nascido aos dois de Julho do mesmo anno, filho legitimo de Clemente Alves d’Araujo e Francisca Maria da

Conceição, sendo seus padrinhos Waldemar Guimarães Chaves e Dagmar Guimarães Chaves. Do que mandei fazer este Termos que assigno.

Mons. Alfredo Pegado

(R. nº 533, p. 2, Livro nº 26 – Termo de Batisados 1917-19)

Ao primeiro dia do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e cinco, nesta cidade de Natal, capital deste Estado, neste quarto cartório, compareceu Geraldo Santiago de Araujo e nos Termos do decreto federal 4.857, de 9 de novembro de 1939, e perante testemunhas, declarou: Que ele declarante, Geraldo Santiago de Araújo, do sexo masculino, de côr morena, nasceu no dia 2 de julho de 1918, às 19 horas, filho de Clemente Alves de Araujo e de Francisca Maria da Conceição, sendo seus avós paternos: João Alves de Araujo e Maria Rosa da Conceição, sendo ignorados os nomes dos avós maternos do que fiz este termo, que, lido e achado conforme, vai assinado pelo oficial, pelo declarante e testemunhas Julio Pinheiro do Carmo e Jaime de Medeiros Brito. Eu, Luiz de França Silva, escrevente juramentado, o escrevi. Antonio Antidio de Azevedo.

Geraldo Santiago de Araujo

Julio Pinheiro do Carmo

Jaime de Medeiros Brito

(R. nº 19.000A, Livro nº 88 de Nascimentos)

Aos vinte e oito de fevereiro de mil novecentos e quarenta e seis nesta cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, em cartório compareceu Geraldo Santiago de Araújo e, exibindo um atestado de óbito firmado pelo Dr. José Ivo, declarou que, às 21 horas de (27) vinte sete de fevereiro de mil novecentos e quarenta e seis nesta capital, à rua Silvio Pélico – 492 em consequência de Uremia. Insuficiência cardiorrenal faleceu Clementino Santiago de Araújo do sexo masculino de côr morena com (86) anos de idade natural deste estado civil viúvo profissão jornalista filho de paes ignorados cujo sepultamento vai ser feito no cemitério do Alecrim, desta capital. Nada mais declarou. Lido e achado conforme, assina o oficial do registro civil, e o declarante. Eu, Irinete Ramos de Vasconcelos, ajudante do cartório, o escrevi.

Antonio Antidio de Azevedo

Geraldo Santiago de Araujo

(R. nº 19.140, Livro nº 62 de Registro de óbitos)

Esses três registros nos dão, em primeiro lugar, a real data de nascimento de Geraldo, pois, por alguma razão, seus filhos acreditavam ter ele nascido no ano de 1920. Quando encontrei seu registro de batismo, fiquei surpreso com o sobrenome “Alves” de seu pai: nenhum filho sabia ou recordava desse nome, sempre referindo-se ao sobrenome “Santiago de Araújo” como sendo o de Clemente, como aparece mesmo no registro de óbito de Geraldo em 2002. Outros elementos importantes, também para desdobramentos posteriores dessa pesquisa, são o local do batismo, a “Sé”, ou seja, a igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação ou a “antiga catedral” denotando que: ou a família habitava o perímetro da Cidade Alta; ou, se já habitavam no bairro do Alecrim naquela



época, a igreja de São Pedro, ainda não tinha os recursos para o sacramento. Não encontrei informação significativa sobre os padrinhos, mas pretendo abordar esse tipo de dado, desse e de outros documentos da pesquisa, em outro momento.

O segundo documento se trata do registro de nascimento de Geraldo, feito a posteriori, 27 anos depois, em 1945. Aí confirma-se o nome dos seus pais, com uma variação para o nome da mãe, grafado então “Francisca Maria” ao invés de “Maria Francisca”. Em seguida temos os nomes de seus avós paternos: João Alves de Araújo e Maria Rosa da Conceição, e os nomes dos avós maternos não eram então conhecidos. Não avancei por esse ramo. Ainda que os nomes sejam comuns à região do Seridó e existam primos de quinto grau das famílias Medeiros do Seridó norte-rio-grandense e paraibano, os últimos documentos encontrados a respeito de Clemente (de filhos nascidos antes de Geraldo e com uma suposta primeira esposa) apontam que sua família estava assentada na cidade do Natal, pelo menos, desde 1890.

Por fim, o terceiro documento que traz o registro de óbito de Clemente em 1946, nos dá o seu endereço na rua Silvio Pélico, 492, no bairro de o Alecrim, endereço que aparece em documentos que foram achados depois, como por exemplo, o óbito de sua filha Hercília, em 1951. O documento também nos dá a cor morena, a idade de 86 anos, a naturalidade norte-rio-grandense, o estado civil viúvo e a profissão de jornalista. E curiosamente, os pais aparecem ali como “ignorados”. De acordo com esses documentos Clemente nasceu por volta de 1860 e foi pai de Geraldo aos 58 anos de idade. Considero que existe aí uma espécie de extremo geracional com efeito sobre a maturação, a princípio de Geraldo. Considero que Sebastiana, por ser filha mais nova de oito filhos, e eu, por ser filho mais novo entre quatro filhos, também sofremos os efeitos desse extremo. De forma concreta, Sebastiana nasceu aproximadamente três anos após a morte de seu avô. Casou-se aos dezenove anos, idade que eu tinha quando Geraldo faleceu. Parece ter faltado tempo para uma transmissão consciente das memórias da família. Considero, no entanto, que os momentos vividos com qualidade fixaram duradouramente aqueles instantes na nossa memória e no nosso psiquismo profundo, nem sempre consciente disso.

## **UMA ANTROPOLOGIA DA LEMBRANÇA E DO LEMBRAR**

*Em quatro de fevereiro de 2024, minha mãe e eu fomos à Cabedelo. Antes, em João Pessoa, visitamos o Centro Cultural São Francisco, complexo arquitetônico barroco que*

*remonta à 1589, contemporâneo à fundação da cidade. Conta uma lenda que, num passado remoto, havia um túnel que ligava uma das capelas da igreja ao forte de Cabedelo. Após a contemplação do imponente conjunto artístico e arquitetônico do complexo, rumamos em direção à antiga fortaleza de Santa Catarina, mas por outro caminho que não o da lenda. Eram aproximadamente dezesseis horas quando chegamos no forte. Não foi minha primeira vez lá, mas estar lá em nome da pesquisa e com o objetivo de mostrar e lembrar, fez daquele ato uma outra forma de estar.*

*Imaginamos que infinidades de histórias, se passaram naquele solo, telhas e muralhas. Imaginei a história como contada, os indígenas, as batalhas, os franceses, os holandeses; as histórias menos conhecidas, já evanescendo da memória coletiva dos livros de pouca tiragem; e, as não conhecidas, acessíveis agora ou ao custo da sorte de documentos achados sem querer, serendipidades, ou pela força da fabulação. Pensamos se Estefânia teria passado por ali, ou seus pais, seus avós, seus parentes. Com uma coruja buraqueira que habita agora ao centro do forte, paramos para pensar nos pormenores complexos, tênues, escondidos, da nossa história e da nossa vida.*

*Fomos em seguida à Igreja do Sagrado Coração. Templo não muito grande, mas bastante acolhedor. Traços de reformas que vão mudando feições originais, e tornando originais as novas feições. Falamos com a gente organizando a missa, já prestes a acontecer. Um misto de muita alegria nos invadia junto a certa ansiedade de quem há muito queria ter ido ali. Não tínhamos tanto tempo, era uma viagem curta. Os olhos não sabiam para onde olhar esquecendo até da função da câmera. E a função da câmera veio justo quando, num lampejo, uma imagem de São Sebastião trouxe à lembrança o estudo dos nomes dos irmãos de minha mãe e o dela próprio.*

*Ao sair da igreja, fixei meu olhar, não nas portas principais abertas, convidando o povo de Cabedelo, mas numa porta menor que estava fechada, ornando suas almofadas com losangos, incrustada num portal sóbrio, bandeirola em vidros verde e vermelho, cores litúrgicas, um vidro faltando. Tomamos a direção de Camalaú, no passado uma localidade da água mais pura da cidade, no presente um bairro. No caminho, alguns dos prédios que vi em fotografias antigas, resistindo no tempo. Já no destino, a singela capela de São Sebastião, infelizmente fechada, mas aparentando bons cuidados, pintura de paredes, janelas e molduras impecáveis. Fotografei uma das janelas incrustada em moldura branca e pintada de um vivo azul-escuro, bandeirola de vidros transparentes. A*

*capela está situada bem ao meio de uma avenida, ladeada por residências. Nossa viagem a Cabedelo termina aí na rua São Sebastião, de volta à Natal.*

A pesquisa que resultou neste trabalho teve início por uma ausência e pelos esquecimentos que vão tornando as lembranças inacessíveis. Através de uma pesquisa genealógica que buscou recuperar nomes, lugares e situações, delineou-se uma etnografia das ausências e do esquecimento, ou seja, uma pesquisa do dado ausente, perdido, esquecido. Ao debruçar-me sobre os dados constantes, achados e lembrados propus a escrita experimental de um texto autossociobiográfico que, ao narrar fatos concatenados, buscou devolver ao espaço lacunar da falta uma memória para lembrar.

Uma antropologia da lembrança e do lembrar é, neste trabalho, um exercício de tornar possível o ato de memória, rememorar, lembrar, como ato de recordar, ou seja, fazer passar pelo coração, sentir de novo. Através de uma pesquisa na oralidade, nos documentos e nas imagens; através da escrita criativa rememorativa, o ato de memória age como fazer imagem, potência da imaginação. Na pesquisa e na escrita, vislumbrei várias vezes a Natal dos anos 1930, 1940, 1950; a Cabedelo dos anos 1910, 1920; nesses contextos imaginei os entes em suas vidas cotidianas, entre o tempo do relógio e o tempo real de criação das suas vidas, tentando algumas vezes imaginar os seus sonhos. A tarefa difícil nesses exercícios mostrou que o possível dessa pesquisa só existiu porque tudo parecia improvável, senão impossível.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. Usos & Abusos da História Oral Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

BRUNO, Fabiana. *As muitas vidas das imagens*. In: Iluminuras, Porto Alegre, v. 24, n. 64, 2023.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal/RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.

DELEUZE, Giles. *As potências do falso*. In: A imagem-tempo (Cinema 2). São Paulo: Brasiliense, 2005.

ERNAUX, Annie. *O lugar*. São Paulo: Fósforo. 2021.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Centro de Estudos e Pesquisa Juvenal Lamartine. GÓIS, *Ulisses Celestino de*. In: Personalidades históricas do Rio Grande do Norte (séc. XVI a XIX). Natal/RN: Fundação José Augusto, 1999. p. 136-137.

- KOFES, S.; MANICA, D. *Vidas & grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia*. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2015.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris, Éditions du Seuil, 1996.
- LIMA, Silinha de Oliveira. *Lampejos de Saudades*. João Pessoa/PB: Editora Universitária/ UFPB, 198x.
- NATAL, Prefeitura Municipal de. *Conheça melhor seu bairro: Lagoa Seca*. Natal/RN: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, 2012.
- OLIVEIRA, Larissa Helena Pereira de. *Uma narrativa fotobiográfica diante do Alzheimer*. In.: II Mostra digital de Ensaios Visuais. Natal/RN: NAVIS/UFRN, 2021.
- PARAÍBA, *História da Conquista da. (Sumário das Armadas)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.
- PIMENTEL, Altamar de Alencar. *Cabedelo* [Vol. 1]. João Pessoa: Prefeitura Municipal de Cabedelo/A União, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cabedelo* [Vol. 2]. João Pessoa: Prefeitura Municipal de Cabedelo/Secretaria de Educação, 2015.
- PINHEIRO, Carlos Sizenando Rossiter. *Natal do Século XX: Memória, fatos e fotos marcantes*. Natal/RN: 8 Editora, 2019
- PINNEY, Christopher. *A história paralela da antropologia e da fotografia*. Cadernos de Antropologia e Imagem, Rio de Janeiro, 1996. p. 29-52.
- RIBEIRO, José da Silva; RODRIGUES, Manoela dos Anjos Afonso. *Narrativas na primeira pessoa e as imagens auto/biográficas*. In: Revista Cultura, Estética & Linguagens. Vol. 06, nº 1, 2021. [Entrevista].
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. *Imagens do tempo nos meandros da memória: Por uma etnografia da duração*. Iluminuras, 2000, 1, n. 1, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Cidade narrada, tempo vivido: estudos de etnografias da duração*. In: Revista Rua. Campinas, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais*. In: Política e Trabalho - Revista de Ciências Sociais, n. 34, 2011.
- RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. João Pessoa: Editora Brasiliense. 1960.
- SOUZA. Itamar de. *Nova História de Natal*. Natal/RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.